

## **Encontros Universidade e Escolas do Campo: apontamentos sobre as práticas pedagógicas no contexto da reforma agrária e a formação de educadores do campo**

**University Meetings and Rural Schools: notes on pedagogical practices in the context of agrarian reform and the training of Rural educators**

**Encuentros universitarios y escuelas del campo: notas sobre prácticas pedagógicas en el contexto de la reforma agraria e la formación de educadores del campo**

Submetido: 10/03/2022 | Aceito: 05/09/2022 | Publicado: 17/10/2022

**Alex Verdério**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0492-6543>

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

E-mail: [alexverderio@ufrb.edu.br](mailto:alexverderio@ufrb.edu.br)

**Joice Ferreira dos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4855-8279>

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

E-mail: [joicesantos@aluno.ufrb.edu.br](mailto:joicesantos@aluno.ufrb.edu.br)

### **Resumo**

O projeto de extensão vinculado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia intitulado “Encontros Universidade e Escolas do Campo: práticas pedagógicas e currículo no contexto da Reforma Agrária na Bahia” teve por objetivo promover uma interação dialógica entre a Universidade e Escolas de Educação Básica do Campo. Tal projeto foi viabilizado no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária. Sua realização foi possível na parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e tendo em conta a inserção e atuação no curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias. Considerando o cenário deflagrado pela pandemia da Covid-19, o projeto de extensão teve suas atividades desenvolvidas por intermédio de plataformas digitais, com a realização de encontros de formação continuada de educadoras e educadores atuantes nas escolas de Educação Básica no contexto da reforma agrária na Bahia. A efetivação do projeto permitiu sistematizar elementos relacionados às práticas pedagógicas realizadas pelas escolas do campo. Os procedimentos metodológicos adotados estiveram sustentados na pesquisa bibliográfica, na pesquisa documental e na inserção extensionista nas atividades do projeto, em especial, no diálogo com as educadoras e educadores das escolas do campo. Como resultados, foram sendo identificados, por meio da escuta, elementos que evidenciam a fragilidade dos processos escolares no período pandêmico. Por outro lado, também foram verificadas ações promissoras que intensificam a relação da escola com as Comunidades, recolocando e afirmando a materialidade de origem da Educação do Campo como pauta atual da escola do campo no contexto da reforma agrária na Bahia.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária; Educação do Campo; Movimentos Sociais; Práticas Pedagógicas.

### **Abstract**

The extension project linked to the Federal University of the Recôncavo da Bahia entitled "University And Rural School Meetings : pedagogical practices and curriculum in the context of the Agrarian Reform in Bahia" aimed to promote a dialogical interaction between the University and Rural Schools of Basic Education. This project was made possible under the Institutional Program of University Extension Grants. Its realization was possible in the partnership with the Landless Rural Workers Movement and considering the insertion and activity in the course of Bachelor of Rural Education - Agrarian Sciences. Considering the scenario triggered by the Covid-19 pandemic, the extension project had its activities developed through digital platforms, with the holding of continuous training meetings of educators and educators working in schools of Basic Education in the context of agrarian reform in Bahia. The implementation of the project made it possible to systematize elements related to the pedagogical practices performed by the Rural schools. The methodological procedures adopted were supported in bibliographic research, documentary research and extensionist insertion in project activities, in particular, in dialogue with the educators and educators of the Rural schools. As results, elements were identified through listening that highlight the fragility of school processes in the pandemic period. On the other hand, promising actions have also been verified that intensify the relationship of the school with the Communities, relocating and affirming the materiality of origin of the Field Education as the current agenda of the Rural school in the context of agrarian reform in Bahia.

**Keywords:** Agrarian Reform; Rural Education; Social Movements; Pedagogical Practices.

### **Resumen**

El proyecto de extensión vinculado a la Universidad Federal de Recôncavo da Bahia titulado "Encuentros Universidad y Escuelas del Campo: prácticas pedagógicas y currículo en el contexto de la reforma agraria en Bahía" tenía como objetivo promover una interacción dialógica entre la Universidad y las Escuelas de Educación Básica del Campo. Este proyecto fue posible en el marco del Programa Institucional de Becas de Extensión Universitaria. Su realización fue posible en la alianza con el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra y teniendo en cuenta la inserción y desempeño en el Curso de Grado en Educación de Campo - Ciencias Agrícolas. Considerando el escenario desencadenado por la pandemia de Covid-19, el proyecto de extensión tuvo sus actividades desarrolladas a través de plataformas digitales, con la realización de encuentros de educación continua de educadores y educadores que trabajan en escuelas de educación básica en el contexto de la reforma agraria en Bahía. La implementación del proyecto permitió sistematizar elementos relacionados con las prácticas pedagógicas que realizan las escuelas del campo. Los procedimientos metodológicos adoptados fueron apoyados por la investigación bibliográfica, la investigación documental y la inserción extensionista en las actividades del proyecto, especialmente en el diálogo con educadores y educadores de las escuelas en el campo. Como resultados, se identificaron elementos a través de la escucha que evidencian la fragilidad de los procesos escolares en el período de pandemia. Por otro lado, también se verificaron acciones prometedoras que intensifican la relación entre la escuela y las Comunidades, reemplazando y afirmando la materialidad de origen de la Educación del Campo como la agenda actual de la escuela de campo en el contexto de la reforma agraria en Bahía.

**Palabras clave:** Reforma Agraria; Educación del Campo; Movimientos Sociales; Prácticas Pedagógicas.

## **1. Introdução**

A presente elaboração está vinculada a realização do projeto de extensão “Encontros Universidade e Escolas do Campo: práticas pedagógicas e currículo no contexto da Reforma Agrária na Bahia” (UFRB, 2021a), fomentado pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX) (UFRB, 2021b), coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). As atividades extensionistas desenvolvidas tiveram por referência o Centro de Formação de Professores (CFP) da UFRB, localizado no município de Amargosa, no Vale do Jiquiriçá. O projeto de extensão teve suas atividades voltadas para as escolas do campo, especialmente as localizadas em contexto de reforma agrária no estado da Bahia.

O debate e a reflexão sobre as práticas pedagógicas e o currículo nas escolas do campo têm tomado contornos importantes no debate educacional brasileiro, sobretudo, quando considerado o contexto dessa construção que tem sido efetivada de maneira orgânica à luta por uma Educação do Campo (VERDÉRIO, 2018). Em suma, verifica-se que no contexto do Brasil, a Educação do Campo, tem sua materialidade de origem na luta dos movimentos sociais (CALDART, 2008), o que por sua vez, passa a ter incidência na própria configuração da política pública educacional.

A luta por uma Educação do Campo (VERDÉRIO, 2018) mantém vínculos concretos com a luta do MST na reivindicação por escolas públicas nas áreas de reforma agrária, por exemplo. Ela é afirmada na luta contra o fechamento de escolas (ALENTEJANO; CORDEIRO, 2019), e pleiteia assegurar o direito à educação escolar no campo, considerando o território no qual a escola se insere, a identidade de luta da qual é fruto e as perspectivas educacionais reivindicadas pelos sujeitos que fazem a luta pela terra no Brasil.

Assim, abre-se um importante espaço de reflexão sobre as práticas pedagógicas e o currículo da escola do campo, uma reflexão que se faz coletiva, pautada no “[...] aprofundamento teórico-prático acerca da educação e dos processos organizativos e educativos no contexto da reforma agrária e da realidade brasileira” (UFRB, 2021a, p.6).

Nesse contexto, “[...] vislumbra-se como possibilidade a concretização de uma interação dialógica entre o conhecimento e a experiência acumulados pelos sujeitos, seja na produção de sua existência, na atuação profissional e na formação acadêmica [...]” (UFRB, 2021a, p. 5), o que passa por intensificar e potencializar a relação entre conhecimento científico, saber popular e fazer das escolas do campo, tendo por perspectiva, ampliar a compreensão e visão de mundo dos sujeitos envolvidos, tendo em conta práticas pedagógicas e disposições curriculares que atendam tais anseios.

Para tanto, a proposição dos “Encontros Universidade e Escolas do Campo” (UFRB, 2021a) conectou-se à ação continuada de formação de professores organizada pelo Coletivo do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na Bahia. De acordo com Verdério (2011, p. 115), no MST, o Setor de Educação coloca-se como “[...] o coletivo de militantes do MST que passa a se dedicar à tarefa da educação. Em cada estado o Setor de Educação é organizado conforme a realidade e as demandas concretas”, sendo que este espaço coletivo, “[...] tem tido papel fundamental no aprofundamento e na difusão do debate relacionado à educação dos Sem Terra [...]”. Para tanto, o projeto de extensão, foi proposto no sentido de,

i) desenvolver atividades de formação sistemáticas, com a participação de professoras e professores da Educação Básica e de estudantes da Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias, por meio da organização e realização de encontros remotos via plataformas digitais; ii) inventariar e sistematizar elementos relacionados às práticas pedagógicas realizadas pelas escolas do campo na Bahia, em especial as situadas em áreas de reforma agrária que integram o estado; iii) potencializar aportes prático-teórico acerca da organização curricular das escolas do campo tendo por referências às práticas pedagógicas das escolas e o inventário da realidade na conexão direta entre as escolas e suas comunidades de inserção (UFRB, 2021a, p. 4-5).

Em sua implementação, efetivada no período entre junho e dezembro de 2021, o projeto contou com uma equipe executora constituída por um docente do CFP-UFRB, uma acadêmica bolsista do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e por representantes do Coletivo Estadual do Setor de Educação MST-BA.

As atividades foram desenvolvidas de maneira remota através de plataformas digitais em decorrência das medidas de segurança diante da pandemia de Covid-19. As atividades realizadas tiveram por escopo as reuniões periódicas de reflexão, debate e estudo sobre a educação no contexto da reforma agrária, os Círculos de Estudo sobre Paulo Freire e o levantamento e sistematização de informações sobre

as condições estruturais e as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas no contexto da pandemia. No âmbito das ações específicas que se constituíram como estruturantes e articuladas e deram corpo ao projeto em sua totalidade pontua-se: 1) Reuniões de planejamento, socialização e avaliação; 2) Encontros de formação de professores; 3) Sistematização das práticas das escolas do campo; 4) Inventário da realidade no contexto das escolas do campo; e 5) Elaboração de relatórios mensais e final (UFRB, 2021a).

As reuniões de planejamento, socialização e avaliação ocorreram de forma mensal e consistiam em encontros virtuais inicialmente para apresentação do projeto-ação extensionista e conseguinte, para orientação de extensão e planejamento sobre as intervenções a serem executadas a partir do projeto, bem como definição das ações de responsabilidade da bolsista. Foi realizado ainda por meio dessa ação, estudo orientado com o objetivo de apropriação teórica dos conceitos e discussões.

Os encontros de formação de professores foram desdobrados em reuniões periódicas de reflexão, debate e estudo sobre a educação no contexto da reforma agrária e na realização dos Círculos de Estudo sobre Paulo Freire. As reuniões periódicas de reflexão, debate e estudo sobre a educação no contexto da reforma agrária constituíram-se em momentos de diálogo com a participação efetiva das educadoras e educadores que atuam nas escolas do campo situadas nas áreas de reforma agrária na Bahia. Esses momentos de encontro permitiram importantes reflexões, debates e estudos acerca da realidade vivenciada no “chão” das escolas, pontuando desafios e potencialidades a partir das vivências das educadoras e educadores em seus territórios de atuação, o que perpassou a socialização das ações de enfrentamento consolidadas no período pandêmico, os mecanismos de contato e manutenção de vínculos com os estudantes, voltando-se para o fortalecimento do coletivo, das escolas e das comunidades.

Por sua vez, a realização dos Círculos de Estudo sobre Paulo Freire que tiveram por referência as obras “História do menino que lia o mundo” (BRANDÃO, 2002) e “Pedagogia do Oprimido” (FREIRE, 2001), viabilizou às educadoras e aos educadores um aprofundamento dialógico com legado de Paulo Freire, na conexão direta com seu fazer educativo nas escolas do campo. Os encontros dos Círculos de Estudo sobre Paulo Freire foram realizados de maneira dialógica, com participação de educadoras e educadores atuantes nas escolas da rede de Educação Básica do estado da Bahia, situadas em contexto de reforma agrária, que foram convidadas e convidados a realizarem a leitura dos escritos de Paulo Freire e fazer uma discussão coletiva sobre suas contribuições para a educação escolar e não escolar, de modo a promover um processo formativo que seja libertador e de qualidade socialmente referenciada.

Outra atividade realizada no âmbito do projeto de extensão, correspondeu à sistematização das práticas das escolas do campo e ao inventário da realidade no contexto das escolas do campo, com foco nas práticas pedagógicas realizadas pelas escolas do campo dando ênfase à realidade vivenciada no período pandêmico. Esta atividade se deu por meio da escuta com as educadoras e os educadores, em

especial durante as reuniões periódicas de reflexão, debate e estudo sobre a educação no contexto da reforma agrária, o que permitiu acompanhar e sistematizar elementos sobre a materialização dos processos educativos nas escolas de atuação e os anseios e demandas dos profissionais da educação frente à realidade escolar que vivenciam.

Por fim, a elaboração de relatórios mensais e final, colocou-se como exercício contínuo de elaboração e sistematização, no qual foram elaborados importantes subsídios sobre as atividades desenvolvidas. Para tanto, no decorrer de cada mês de implementação da ação extensionista – entre junho e dezembro de 2021 – as atividades desenvolvidas eram pontuadas e registradas de acordo com a data de realização e as ações concretizadas, tendo em conta a proposição e o cronograma inicial dispostos no projeto. A produção do relatório final se deu no trabalho conjunto de elaboração efetivado pela equipe de execução da proposta, buscando organizar os resultados da ação extensionista a partir da sistematização de fatores presentes nas realidades presenciadas abordando a produção do conhecimento, Educação do Campo no contexto da reforma agrária e a formação docente.

Com a realização dos “Encontros Universidade e Escolas do Campo” (UFRB, 2021a) foi possível constatar a materialidade de luta atrelada às práticas escolares em áreas de reforma agrária. A Educação do Campo e as práticas pedagógicas nas escolas participantes das atividades são inerentes à luta da classe trabalhadora do campo e à construção de um projeto de sociedade, no qual o campo é tido como espaço de vida e de relações e o camponês como sujeito social de direito e construção, elementos estes intrínsecos ao esse processo educativo nas escolas e na formação de professores. Portanto, a escola do campo torna-se necessária na constituição de respostas concretas na socialização e produção de conhecimento e na efetivação de ações de enfrentamento e de construção.

A partir da realização do projeto-ação extensionista ficou evidente a importância da organização e da articulação popular em torno do movimento organizado pensando ações articuladas em defesa da Educação do Campo e de enfrentamento e resistência ao projeto hegemônico de educação e sociedade, sendo a escola um espaço fundamental nessa construção.

## **2. Metodologia**

Considerando a realização do projeto de extensão “Encontros Universidade e Escolas do Campo: práticas pedagógicas e currículo no contexto da Reforma Agrária na Bahia” (UFRB, 2021a), do ponto de vista dos procedimentos metodológicos a presente elaboração está sustentada na pesquisa bibliográfica, na pesquisa documental e na inserção extensionista nas atividades do projeto, em especial, as produzidas no diálogo com as educadoras e educadores das escolas do campo.

Para tanto, no âmbito da pesquisa bibliográfica, a mesma foi desencadeada a partir do estudo orientado acerca de questões que perpassaram a realização das atividades, tendo por referência inicial o

Dicionário da Educação do Campo (CALDART; PEREIRA; ALEMTEJANO, FRIGOTTO, 2012), com destaque para as elaborações de Rosa (2012), Fernandes (2012), Leite (2012) e Kolling, Vargas e Caldart (2012), desdobrando-se depois em outros estudos pertinentes a desencadear das atividades e a própria sistematização da presente elaboração.

Na pesquisa documental, além da proposta submetida e que deu sustentação para a realização do projeto de extensão em sua totalidade (UFRB, 2021a), também se colocaram como materiais empíricos os relatórios elaborados mensalmente, bem como, o relatório final.

Já na inserção extensionista, com especial destaque para a realização das reuniões periódicas de reflexão, debate e estudo sobre a educação no contexto da reforma agrária e para os Círculos de Estudo sobre Paulo Freire, tem-se as sistematizações e os relatos produzidos no decorrer dos diálogos. Também foi verificada a própria inserção no curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e no CFP-UFRB como elementos potenciais e tangíveis na realização das atividades, sobretudo, no diálogo com as educadoras e os educadores e com a concretude da Educação Básica e da escola do campo no contexto da reforma agrária.

### **3. Resultados e Discussão**

A efetividade do Projeto de Extensão “Encontros Universidade e Escolas do Campo”, sobretudo, a partir das reflexões das educadoras e dos educadores que atuam nas escolas do campo no contexto da reforma agrária na Bahia, estando conectada a ação do MST na luta por uma Educação do Campo, aponta para a importância da formação inicial e continuada de educadores tendo o fazer educativo nas escolas como ponto central desses processos. Neste aspecto, a inserção da Educação do Campo na agenda educacional brasileira, a formação de educadores na Licenciatura em Educação do Campo e a conexão direta com o fazer da escola do campo, ao mesmo tempo dão concretude e sustentam a ação extensionista como elemento integrante dos processos formativos desencadeados na Educação do Campo e na experiência ora relatada.

#### **3.1 Educação do Campo e formação de educadores**

A Educação do Campo parte da reivindicação e construção de trabalhadoras e trabalhadores do campo. Assim, o fazer educativo nas escolas vinculadas ao contexto de reforma agrária se fundamenta nos processos de luta da classe trabalhadora do campo, defendendo uma organização do processo educativo e construção curricular emergente da realidade e vivência dos sujeitos do campo, onde a educação seja pensada pelos seus sujeitos e não para eles.

Nesse processo, é imprescindível reconhecer o campo como espaço digno de vida, de produção de conhecimento, tensionando o currículo e a organização pedagógica como práticas libertadoras (FREIRE,

2001). Assim, afirma-se a compreensão de que: “A materialidade de origem da educação do campo projeta/constrói uma determinada totalidade de relações que lhes são constitutivas. Antes (ou junto) de uma concepção de educação, ela é uma concepção de campo [...]” (CALDART, 2004, p. 05).

Para construir uma educação do e no campo é necessário que se tenha base no reconhecimento e centralidade desses sujeitos no processo educacional, legitimando seus territórios e lutas cotidianas, com um projeto pedagógico que parta do trabalho e das práticas camponesas, seja no âmbito produtivo, cultural ou social.

Nesse contexto, a luta por uma Educação do Campo (VERDÉRIO, 2018) tem por ponto de partida a defesa de uma proposta educacional que intenciona o fortalecimento dos processos de luta da classe trabalhadora do campo, reconhecendo a educação enquanto importante ferramenta a ser utilizada nas trincheiras de luta desses sujeitos, se fazendo necessário ocupar a escola e também a Universidade, assim como é feita a ocupação da terra pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Anda rápido um camponês: 22 quilômetros foram cobertos em menos de cinco horas. Quando chegaram lá, o dia começava a nascer. A madrugada estava envolta em uma espessa serração que, pouco a pouco, foi se deslocando da terra, sob o efeito da umidade do rio Iguaçu, que corre ali bem próximo. Pois o rio de camponeses que correu pelo asfalto noite adentro, ao desembocar defronte da porteira da fazenda, pára e se espalha como as águas de uma barragem. As crianças e mulheres são logo afastadas para o fundo da represa humana, enquanto os homens tomam posição bem a frente da linha imaginária para o eventual confronto com os jagunços da fazenda. Ante a inexistência de reação por parte do pequeno exército do latifúndio, os homens da vanguarda arrebentam o cadeado e a porteira se escancara; entram; atrás, o rio de camponeses se põe novamente em movimento; foices, enxadas e bandeiras se erguem na avalanche incontida das esperanças nesse reencontro com a vida – e o grito reprimido do povo sem-terra ecoa uníssono na claridade do novo dia: 'REFORMA AGRÁRIA, UMA LUTA DE TODOS!' (SALGADO, 1997, p. 143).

No âmbito da luta pela terra no Brasil, conforme expresso por Salgado (1997), a ação concreta em luta dos trabalhadores e trabalhadoras, camponeses e camponesas Sem Terra tem se colocado como elemento central para a consolidação dos inúmeros assentamentos de reforma agrária no país. De acordo com dados sistematizados pelo MEC e INEP (2006), na Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA), no ano de 2004 foi registrada a existência de 5.595 assentamentos reconhecidos e regulamentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No início da década de 2000, esse total de áreas de assentamentos atendia 524.868 famílias, envolvendo uma população total de 2.548.907 pessoas.

De maneira contundente, no desenrolar da luta pela terra no Brasil, verifica-se a presença efetiva do MST que, “[...] desde sua constituição e na sua caminhada histórica vem se consolidando como um movimento de massas, articulado em nível nacional, com caráter sindical, popular e político, tendo por

objetivos: a luta pela terra; a luta pela Reforma Agrária; e a luta pela transformação social” (VERDÉRIO, 2011, p. 113). Nesse contexto, o MST coloca-se como

[...] fruto da histórica concentração da terra no Brasil, a qual por sua vez, não é desarticulada do desenvolvimento econômico, social e político do país. Mas o MST também é produto de um momento histórico do capitalismo em âmbito mundial, em sua fase madura, ou imperialista. De outro lado, porém, o MST também é produto da organização e luta dos sem terra, de sua capacidade organizativa, de seu contraponto ao capitalismo, enfim, como constituinte da classe trabalhadora, cujas formas de luta e organização adquirem dinâmicas próprias possibilitadas e forjadas em cada contexto (DALMAGRO, 2010, p. 64).

Assim, no processo de luta pela terra no Brasil, por meio da ação concreta dos trabalhadores e trabalhadoras, camponeses e camponesas Sem Terra, verifica-se a consolidação de

[...] um processo formativo que começa com o enraizamento dos sem-terra (condição de trabalhador da terra desprovido dela) em uma coletividade, que não nega o seu passado e sinaliza um futuro que poderão ajudar a construir, e que continua no movimento contraditório, descontínuo, conflituoso de produção de uma identidade coletiva que vai mostrando a esses trabalhadores que o protagonismo de construção do futuro não será deles como indivíduos isolados, mas como sujeito coletivo, como classe. Esse processo é educativo, e seu motor é justamente uma coletividade em movimento que passa a produzir uma referência de objetivos para cada ação do cotidiano das pessoas concretas que a integram (CALDART, 2012, p. 547).

Adjacente e como elemento integrante da luta pela terra no Brasil, o MST reivindica também a educação como direito. O debate e as primeiras ações de educação na luta dos Sem Terra, surge já nos acampamentos organizados na década de 1980, depois, com processo paulatino de conquista da terra, isso se desdobra também no assentamento.

Para Dalmagro (2010) a questão relacionada à educação no MST se vincula diretamente ao direito de ter escola. A autora identifica que esse debate, ainda na década de 1980, tem dois pontos que se inter cruzam nos processos de luta, um primeiro que é traduzido na compreensão acerca da “necessidade da escola” e o outro que tem a “escola como necessidade da luta”. Como parte desse processo de afirmação e desdobramento da luta pela educação no contexto da luta pela terra, o MST organizou e realizou o primeiro e o segundo Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), ocorridos respectivamente em 1998 e em 2015.

Silva (2020), identifica que o I ENERA registrou com bastante contundência a “[...] denúncia das condições precárias da educação para os trabalhadores Sem Terra e toda população do campo, e também por ter aberto caminho para a conquista de ações, programas e projetos que passaram a considerar os sujeitos do campo como capazes de propor ações de intervenção sobre sua própria realidade” (SILVA,

2020, p. 126).

Foi no I ENERA que, por meio da luta organizada dos trabalhadores e trabalhadoras, camponeses e camponesas Sem Terra foi conquistado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária foi gestado nesse Encontro (1997) e consolidou-se em abril de 1998. Esse programa assume grande relevância para as práticas educativas pós I ENERA pela possibilidade construída de financiamento via recurso público para ações voltadas à escolarização dos trabalhadores do campo com abrangência nacional, mas, de maneira especial, ele assume grande importância pelo reconhecimento dos movimentos sociais como sujeitos coletivos capazes de propor e participar da implementação de processos educativos (SILVA, 2020, p. 126-127).

Molina, Santos e Britto (2020) reforçam a compreensão acerca da potência do PRONERA enquanto importante instrumento no sentido de concretizar o direito humano à educação, em particular aos povos do campo. Segundo dados apresentados pelas autoras, essa política educacional já proporcionou o acesso à educação a mais de 190 mil estudantes jovens e adultos das áreas de reforma agrária.

No âmbito da Educação Superior Molina, Santos e Britto (2020) apontam como os cursos atrelados ao PRONERA têm apresentado suas potencialidades em contribuir na construção de um projeto de campo e de desenvolvimento em uma perspectiva contra hegemônica pois, “[...] produz-se nesses cursos um novo tipo de conhecimento científico exatamente porque é produzido de forma vinculada às lutas concretas pela transformação social e pela mudança das condições socioeconômicas e das relações sociais [...]” (MOLINA; SANTOS; BRITTO, 2020, p. 8-9).

Dentre o conjunto de decorrências positivas relacionadas à realização do PRONERA estão colocados os cursos de graduação para formação de professores, sobretudo, com foco voltado para a atuação profissional dos egressos e egressas em escolas do campo localizadas em áreas de reforma agrária. De acordo com Molina, Santos e Britto (2020), as ações e os cursos de formação de professores realizados a partir do PRONERA têm possibilitado importantes e robustas

[...] mudanças em práticas pedagógicas que objetivam aproximar mais a escola da comunidade; maior diálogo entre os conteúdos trabalhados e a realidade dos estudantes; inserção de atividades promotoras da auto-organização dos estudantes nos processos pedagógicos das escolas; práticas de trabalhos coletivos interdisciplinares e de estímulo à agroecologia, além de outros [...] (MOLINA; SANTOS; BRITTO, 2020, p. 07).

Ainda de acordo com Silva (2020), a realização do I ENERA desdobrou-se na realização da I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, ocorrida em 1998, que inaugura e crava o debate e a

luta por uma Educação do Campo na agenda educacional brasileira. Nesse sentido, o I ENERA

[...] abriu caminho para inúmeras articulações, debates e lutas a nível nacional, estadual e regional. Nos anos seguintes, a Educação do Campo vai sendo colocada amplamente na agenda de uma educação pública no Brasil a partir do tensionamento dos movimentos e organizações sociais do campo que empunham a bandeira a favor da superação das desigualdades históricas (SILVA, 2020, p. 127).

Já o II ENERA, ocorrido em 2015, só foi realizado dezoito anos mais tarde do I ENERA e de acordo com Silva (2020) essa distância temporal demonstra o marco essencialmente político e o caráter projetivo que o ENERA possui. Neste aspecto, de maneira inversa e recíproca ao que ocorreu no I ENERA, tido como o nascedouro da luta por uma Educação do Campo no Brasil, o II ENERA materializa e se coloca como expressão dessa própria luta, sendo que,

A realização desse segundo Encontro consolidou-se como um momento síntese de todo um trabalho anterior desenvolvido em cada espaço e instância formativa do MST, nos diferentes espaços como acampamentos, assentamentos, escolas, centros de formação, setores, brigadas, nos diferentes níveis, tanto local como de forma regional e estadual, que culmina com o processo desenvolvido a nível nacional, no qual o II ENERA se efetiva (SILVA, 2020, p. 128).

Como um dos desdobramentos desse processo de luta por uma Educação do Campo no Brasil, tem-se a conquista dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo que surgem de forma a garantir ao povo camponês meios de acesso aos conhecimentos historicamente produzidos, formando educadoras e educadores para atuarem no campo. Estes licenciandos precisam entrar na Universidade com a clareza da necessidade de usar os conhecimentos lá adquiridos para aprimorar a luta e contribuir no fortalecimento das comunidades e das escolas que acolhem esses sujeitos.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias da UFRB, ofertado no CFP, se materializa como resultado das lutas do povo camponês organizado tem base no enfrentamento e na reivindicação pelo acesso à educação à classe trabalhadora do campo na construção e defesa de processos produtivos atrelados a disseminação de práticas agroecológicas que garantam a valorização dos modos de vida no campo no fortalecimento e aprimoramento de uma agricultura não agressiva. Os fundamentos do curso partem da imprescindível demanda de uma formação de educadoras e educadores “[...] que tem por objetivo oferecer subsídios para a transformação das relações sociais no campo, sem perder de vista a importância da universalidade dos conhecimentos [...]” (UFRB, 2013, p. 08).

Molina, Antunes-Rocha e Martins (2019) indicam a intrínseca relação da luta de classe com os princípios originários da luta por uma Educação do Campo que reivindica o direito à educação e a formação de educadoras e educadores, compreendendo estes como formadores e propagadores de uma

concepção contra hegemônica de sociedade e de campo. Segundo as autoras, “[...] a fortaleza da educação do campo reside em sua materialidade de origem, que consiste em sua vinculação a um projeto de educação, de campo e de sociedade protagonizado pelos camponeses e seus contextos [...]” (MOLINA; ANTUNES-ROCHA; MARTINS, 2019, p. 24)

Por meio da Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias da UFRB, filhos e filhas de agricultores e agricultoras camponeses, militantes de movimentos sociais, quilombolas, assentadas e assentados da reforma agrária, povos da floresta e das águas, entre outras representações da diversidade camponesa, têm acessado a Educação Superior para reivindicar e afirmar o direito à educação e o acesso aos conhecimentos acadêmicos e científicos. Esse processo de adentrar a Universidade está colado à afirmação de realidades plurais e à vivência direta na luta cotidiana camponesa, forjar novos processos educativos e produtivos dentro e fora dos cursos e voltar a teoria construindo um novo conhecimento que tensionem à concepção hegemônica de educação e produção de conhecimento.

Deste modo, Molina, Santos e Britto (2020) apontam que os cursos de formação de educadores do campo e nas Ciências Agrárias atrelados às lutas da classe trabalhadora do campo, produzem um conhecimento que, referenciado socialmente, busca dar respostas às demandas, reivindicações e necessidades presentes no campo e na educação inserida em tal contexto. De acordo com as autoras,

Considera-se relevante destacar, o conhecimento que vem sendo gerado nesses cursos e que ajuda a construir um novo projeto de campo, porque a concepção de produção de conhecimento que os embasa alia teoria e prática, entendendo-as como um contínuo indissociável na ação dos sujeitos que são formados nos cursos, sendo eles próprios não só capazes de pensar criticamente as práticas que produzem, mas fundamentalmente de voltar às teorias, refazendo-as, transformando-se, de fato, em sujeitos de práxis (MOLINA; SANTOS; BRITTO, 2020, p. 10).

De acordo com Molina e Pereira (2021) a formação de professores precisa ser constituída a partir de uma epistemologia da práxis que “[...] está associada à transformação, a mudança na essência, tanto da natureza por meio do trabalho quanto a transformação do próprio ser humano [...]” (MOLINA; PEREIRA, 2021, p. 144). Segundo os autores as Licenciaturas em Educação do Campo, tem por fundamento e alimentam essa perspectiva epistemológica invocando uma prática educativa que esteja para além da sala de aula atrelando-se à realidade de luta dos povos do campo e aproximando-se do projeto histórico camponês que legitime seu meio social, cultural e de trabalho.

Portanto, a vinculação do projeto de extensão “Encontros Universidade e Escolas do Campo: práticas pedagógicas e currículo no contexto da Reforma Agrária na Bahia” (UFRB, 2021a) ao curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias ofertado pelo CFP-UFRB coloca-se como possibilidade concreta na busca da práxis e do diálogo entre Educação Superior e Educação Básica como

elementos fundantes na formação de professores.

### **3.2 Fazer educativo nas escolas no contexto da reforma agrária na Bahia: apreensões dos “Encontros Universidade e Escolas do Campo”**

Segundo Santos (2010) a extensão, colocada juntamente com o ensino e a pesquisa, constituindo o tripé que sustenta a existência da Universidade no Brasil, e afirma um caminho para a democratização, socialização e difusão dos conhecimentos historicamente produzidos, bem como, das novas descobertas científicas, junto à comunidade.

Nesse contexto, cabe destacar que a educação tem a função de, através de ações objetivas e intencionalizadas, formar homens e mulheres, construtoras e construtores críticos de uma nova sociedade. O educador precisa ter em sua formação subsídios para garantir em sua atuação docente, caminhos para uma educação plena que proporcione a apropriação de conteúdos científicos sem perder de vista a formação humana e as relações sociais historicamente estabelecidas, para que a partir disso seja construído um novo projeto social.

Essa perspectiva formativa, conectada à processos contra hegemônicos, precisa ser plena e amplamente vivenciada pelos docentes e discentes, sendo que, “[...] a extensão propicia a complementação da formação acadêmica de docentes e discentes universitários, dada nas atividades de ensino e pesquisa, alicerçadas com a aplicação prática [...]” (SANTOS, 2010, p. 13), em contextos outros que ultrapassam os limites da Universidade.

O MST em sua materialidade de luta social em defesa dos direitos de trabalhadoras e trabalhadores do campo, entende a educação como caminho importante para a transformação social, tendo a mesma como meio de formação e construção de mulheres e homens agentes de transformação. Como dito, a Licenciatura em Educação do Campo, surge a partir da demanda de movimentos sociais do campo, camponesas e camponeses que, por meio de sua ação organizada passam a reivindicar uma formação específica para educadoras e educadores do campo através de uma licenciatura que parta da compreensão da necessária vinculação da Educação do Campo com a vida dos sujeitos envolvidos nos processos formativos.

O MST, bem como outros movimentos sociais do campo, foram e continuam sendo agentes que contribuem para a contínua construção, manutenção e aperfeiçoamento das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil, em uma ação sinérgica entre Universidade e movimentos sociais.

Essa troca tem possibilitado a participação ativa dos movimentos sociais na construção dos cursos de formação de educadoras e educadores do campo, bem como a socialização dos saberes científicos, buscando junto às Universidades públicas o cumprimento de sua função social que passa pela socialização e contínua construção do conhecimento.

Por meio da extensão, a universidade tem a oportunidade de levar até a comunidade os conhecimentos de que é detentora, os quais são produzidos com a pesquisa e que normalmente divulgam o ensino. É uma forma de a universidade socializar e democratizar o saber científico, de modo a este não se traduzir em privilégio apenas da minoria da população (universitária), mas difundido também à comunidade não acadêmica, consoante os próprios interesses dessa mesma comunidade (SANTOS, 2010, p. 14).

Nesse contexto, o projeto de extensão “Encontros Universidade e Escolas do Campo” (UFRB, 2021a) e a ação extensionista dele decorrente, viabilizou uma aproximação com as práticas educativas nas escolas situadas no contexto de reforma agrária da Bahia, potencializando a formação como educadora do campo, bem como possibilitou que a Universidade, a partir da extensão universitária, se colocasse à serviço das necessidades da comunidade externa. Essa aproximação garantiu ainda uma interação dialógica, na qual, os sujeitos que integram o cotidiano universitário – licencianda bolsista de extensão e professor orientador – pudessem se aproximar de maneira sistemática e contínua da prática e da realização concreta no “chão” da escola.

Vincular o estar nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo às lutas cotidianas para o existir das escolas de Educação Básica do campo, possível espaço de atuação profissional de educadoras e educadores em formação, é compreender que o acesso à educação é um direito do povo trabalhador do campo desde a Educação Básica até os cursos superiores. Assim, a formação de educadoras e educadores do campo através das licenciaturas precisa acontecer de forma a fortalecer essa luta, conectando-se diretamente a ela.

Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar esta possibilidade. Sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença nos homens. Crença no seu poder criador. Isto tudo exige dele que seja um companheiro dos educandos, em suas relações com estes (FREIRE, 2001, p. 35).

Com as atividades desenvolvidas durante o projeto de extensão, foi possível acompanhar a realidade vivenciada nas escolas do campo, bem como, o desenrolar dos processos educativos no período pandêmico e que coincidiu com o de realização da ação extensionista.

O levantamento de dados sobre os processos educativos nas escolas inseridas no contexto de reforma agrária na Bahia, possibilitado a partir da escuta com educadoras e educadores atuantes nesses espaços, permitiu observar a fragilidade dos processos escolares no contexto da pandemia, seja pela falta de estrutura física, falta de professores e demais profissionais da educação, falta de transporte escolar,

dentre outras.

Nesse aspecto, as reuniões periódicas de reflexão, debate e estudo sobre a educação no contexto da reforma agrária e os Círculos de Estudo sobre Paulo Freire constituíram-se como momentos essenciais para essa vivência que, pautada no diálogo, sustentou a ação extensionista em sua totalidade. Por sua vez, os relatórios mensais e final permitiram o registro sistemático das percepções e reflexões que foram sendo socializadas e produzidas no decorrer da ação extensionista.

Foi notório nos relatos das educadoras e educadores o desgaste e muitas vezes a falta de reconhecimento e acolhimento social com os profissionais da educação no período pandêmico. Contudo, notou-se o comprometimento e a necessidade de reinvenção das escolas e seus profissionais para garantir que seus estudantes não ficassem desamparados e tivessem acesso à escola e seus processos educacionais, seja com a mínima manutenção do vínculo ou por meio do desenvolvimento de atividades intencionais e contínuas mesmo no período pandêmico. Na escuta propiciada pelos “Encontros Universidade e Escolas do Campo” (UFRB, 2021a), foram verificadas algumas ações promissoras que intensificam a relação da escola com a Comunidade, destaca-se aí, a Campanha Nacional pelo Plantio de Árvores (FERREIRA, 2020) e as práticas agroecológicas desenvolvidas a partir das escolas com desdobramentos junto aos estudantes e seus familiares.

Na experiência vivenciada com o coletivo que acolheu o projeto de extensão e que caminhou junto durante o seu desenvolvimento, foi viabilizada a participação em momentos de formação com potencial de, por meio da práxis junto aos sujeitos que tornam possível e real o fazer educativo nas escolas do campo, fortalecer a formação docente de quem se prepara para o ato de educar e segue sendo educado continuamente. Neste aspecto, toma destaque a sensibilidade e o compromisso do fazer docente refletido nas falas das educadoras e educadores e que demonstraram preocupações com a retomada das atividades presenciais nas escolas, indicando a necessidade de realizar esse retorno com cuidado para segurança de toda a Comunidade Escolar.

Num contexto amplo e complexo, repleto de fragilidades e potencialidades, numa aproximação propiciada pelos “Encontros Universidade e Escolas do Campo” (UFRB, 2021a), verificou-se no fazer concreto das escolas a importância de seguir afirmando a materialidade de origem da Educação do Campo (CALDART, 2008; MOLINA; ANTUNES-ROCHA; MARTINS, 2019), a qual é construída pelos seus sujeitos e tem na escola um espaço fecundo de realização. Assim, a realização da ação extensionista, concretizada na efetividade dos “Encontros Universidade e Escolas do Campo” (UFRB, 2021a), que foi sustentada na participação ativa dos sujeitos envolvidos, coloca-se como elemento potencial para fortalecer essa construção e a própria luta do povo trabalhador do campo.

#### **4. Considerações Finais**

A educação e a produção de conhecimento são campos em disputa marcados pelo conflito entre projetos antagônicos de educação atrelados a projetos de sociedade. A luta por uma Educação do Campo, protagonizado por trabalhadoras e trabalhadores do campo, está ligado ao contexto de reivindicação e defesa dos direitos desses sujeitos, desde o acesso à terra, à educação e a possibilidades reais de produção, que sustentam uma concepção de sociedade contra hegemônica.

A compreensão da Educação do Campo enquanto um direito no Brasil tem levado mulheres e homens a se organizarem e pautar políticas públicas educacionais voltadas para as necessidades e especificidades de sua existência enquanto camponesas e camponeses. Isso passa pela busca por garantir o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela sociedade e ainda, diz respeito à contextualização nos processos educativos considerando as diversas e heterogêneas realidades do campo brasileiro. Essa luta em defesa de uma Educação do Campo compreende o direito ao acesso desde a Educação Básica até a Educação Superior.

Assim, a partir do protagonismo de movimentos sociais do campo, organizados em torno da mobilização e da articulação popular, a Educação do Campo vem ganhando contornos no âmbito das políticas públicas. Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo, por exemplo, foram e são construídos a partir dessas demandas apontadas por esses movimentos, especialmente o MST, e passam a ser pautados por uma proposta de educação plena e de qualidade que seja vinculado à defesa de um projeto de campo soberano e digno.

Essas conquistas estão, no entanto, sofrendo constantes ataques e desmontes, diante a realidade de uma sociedade capitalista e de ordem hegemônica na qual se propõe educar mulheres e homens com base em uma lógica de trabalho exploratório e desumano.

A inserção na realidade vivenciada nas escolas do campo especialmente as localizadas no contexto de reforma agrária na Bahia, viabilizada pela ação extensionista realizada no âmbito dos “Encontros Universidades e Escolas do Campo”, vinculada aos eixos formativos do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias do CFP-UFRB, evidencia o importante papel desempenhado pelos movimentos sociais organizados, no processo de mobilização e articulação popular, na luta por uma Educação do Campo e que se coloca contrária à ordem social hegemônica.

É necessário, portanto, que a mobilização continue e avance no sentido de garantir o que já foi conquistado até aqui, e que tem sofrido constantes ataques, e ainda conquistar novos espaços e garantir a democratização do conhecimento a partir do acesso à educação pelo povo camponês e classe trabalhadora como um todo.

Ao colocar a Universidade a serviço da comunidade externa promovendo uma interação com as educadoras e educadores atuantes nas escolas de Educação Básica do campo, a ação extensionista

possibilitou o fortalecimento dos processos educativos vinculados à Educação do Campo por meio de uma práxis específica que direciona e que possui uma intencionalidade de formar sujeitos agentes transformadores que atuarão no campo e nessas escolas e precisam ter como base de formação, os princípios de luta do povo camponês.

A partir da vivência efetivada nos “Encontros Universidade e Escolas do Campo” foi reafirmada a relevância do profissional da educação defender em sua prática cotidiana, um processo formativo pleno e de qualidade que supere lacunas na formação dos educandos contribuindo para a formação humana e integral desses sujeitos. Assim, os “Encontros Universidade e Escolas do Campo” apontam para a necessária reflexão sobre qual tipo de formação de educadoras e educadores do campo os movimentos sociais do campo estão pautando e, como a ação extensionista e em especial os cursos de Licenciatura em Educação do Campo estão se materializando dentro das Universidades públicas de nosso país. Sendo a relação e o diálogo entre Universidade e Educação Básica, e em especial, as escolas do campo, um ponto de apoio fundamental para essa reflexão.

### **Agradecimentos**

Agradecemos imensamente o MST pela colaboração e acolhimento durante o desenvolvimento das ações extensionistas vinculadas ao projeto, em especial as educadoras e aos educadores do Coletivo de Educação do Movimento na Bahia que se colocaram à disposição e que mostraram em sua materialidade de luta cotidiana a possibilidade concreta de construção de caminhos e ações para o fortalecimento da Educação do Campo. Agradecemos ainda à UFRB pela possibilidade de concretizar esse estudo-ação, especialmente à equipe do PIBEX.

### **Referências**

ALENTEJANO, Paulo; CORDEIRO, Tássia. *80 mil escolas fechadas no campo brasileiro em 21 anos*. 28 de novembro de 2019. Disponível em <https://mst.org.br/2019/11/28/80-mil-escolas-fechadas-no-campo-brasileiro-em-21-anos/#:~:text=No%20ano%20de%202011%2C%20o,campo%2C%20entre%202002%20e%202010;acesso em 03 mar. 2022, às 17h40>.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *História do menino que lia o mundo*. 3ª ed. São Paulo: ANCA, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para Construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo. *Revista Trabalho Necessário*, Niterói, v. 2, n. 2, p. 1-16, dez. 2004. <https://doi.org/10.22409/tn.2i2.p3644>.

CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. Educação do Campo: reflexões a partir da tríade Produção – Cidadania – Pesquisa. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). *Por uma Educação do*

*Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação*. Brasília: INCRA; MDA, 2008, p. 67-86. (Coleção Por uma Educação do Campo nº 7).

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento*. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 546-553. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>; acesso em 16 fev. 2022, às 15h45.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>; acesso em 16 fev. 2022, às 15h45.

DALMAGRO, Sandra Luciana. *A escola no contexto das lutas do MST*. 2010. 235f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94587>; Acesso em 16 fev. 2022, às 15h30.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Acampamento*. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 21-25. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>; acesso em 16 fev. 2022, às 15h45.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

KOLLING, Edgar Jorge.; VARGAS, Maria Cristina; CALDART, Roseli Salete. *MST e Educação*. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 500-507. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>; acesso em 16 fev. 2022, às 15h50.

LEITE, Sergio Pereira. *Assentamento rural*. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 108-112. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>; acesso em 16 fev. 2022, às 16h.

MEC – Ministério da Educação; INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Microdados da PNERA 2004: Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária – Manual do Usuário*. 2006. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/pnera>; acesso em 16 fev. 2022, às 17h.

MOLINA, Mônica Castagna; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida. *A produção do conhecimento na licenciatura em Educação do Campo: desafios e possibilidades para o fortalecimento da educação do campo*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240051>.

MOLINA, Mônica Castagna; SANTOS, Clarice Aparecida dos; BRITTO, Márcia Mariana Bittencourt. *O Pronera e a produção do conhecimento na formação de educadores e nas ciências agrárias: teoria e prática no enfrentamento ao bolsonarismo*. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 14, p. 1-25, jan./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14244/198271994539>.

MOLINA, Mônica Castagna; PEREIRA, Marcelo Fabiano Rodrigues. Atuação de egressos (as) das Licenciaturas em Educação do Campo: reflexões sobre a práxis. *Rev. FAEBA – Ed. e Contemp.*, Salvador, v. 30, n. 61, p. 138-159, jan./mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2021.v30.n61.p138-159>.

FERREIRA, Janelson. *100 milhões de árvores: Conheça o plano nacional de plantio do MST*. 7 fev. 2020. Disponível em <https://mst.org.br/2020/02/07/100-milhoes-de-arvores-conheca-o-plano-nacional-de-plantio-do-mst/>; acesso em 04 mar. 2022, às 17h15.

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terra. In: CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 509-518. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>; acesso em 16 fev. 2022, às 16h15.

SALGADO, Sebastião. *Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SANTOS, Marcos Pereira dos. Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. *Revista Conexão*, v. 6, n. 1, p. 10-15, jan./dez. 2010. Disponível em <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3731>; acesso em 18 jan. 2022, às 14h15.

SILVA, Janaine Zdebski da. *Pedagogia do movimento como expressão da pedagogia socialista: a prática educativa do MST no II Enea*. 2020. 296f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu. Disponível em <http://tede.unioeste.br/handle/tede/5066>; acesso em 16 fev. 2022, às 9h45.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. *Projeto de Extensão Encontros Universidade e Escolas do Campo: práticas pedagógicas e currículo no contexto da reforma agrária na Bahia*. Amargosa: CFP-UFRB, 2021a.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. *Edital PIBEX 02/2021 – Chamada para seleção de bolsistas de Extensão Universitária*. Cruz das Almas: UFRB, 2021b.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. *Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura (Plena) em Educação do Campo Área do Conhecimento Ciências Agrárias*. Amargosa: CFP-UFRB, 2013.

VERDÉRIO, Alex. *A materialidade da Educação do Campo e sua incidência nos processos formativos que a sustentam: uma análise acerca do curso de Pedagogia da Terra na UNIOESTE*. 2011. 210f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel. Disponível em <http://tede.unioeste.br/handle/tede/922>; acesso em 16 fev. 2022, às 9h15.

VERDÉRIO, Alex. *A pesquisa em processos formativos de professores do campo: a Licenciatura em Educação do Campo na UNIOESTE (2010 – 2014)*. 2018. 362f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/59470>; acesso em 16 fev. 2022, às 9h30.